



**RELATÓRIO DE ATIVIDADES
2007**

SUMÁRIO

1.APRESENTAÇÃO.....	01
2.ATUAÇÃO DO COLEGIADO.....	03
2.1.Relação dos temas apreciados pela Câmara.....	03
2.2.Órgãos demandantes.....	05
2.3.Reuniões.....	06
2.4.Tipos de Homologação de Arquivamento	07
2.5.Procedimentos distribuídos e julgados pelos membros.....	07
2.6.Correição na 5 ^a CCR. Regimento Interno e Procedimento de controle Administrativo no CNMP	08
2.7.Fluxo de Procedimentos.....	09
2.8.Remanescente	09
2.9.Informativos.....	09
2.9.1.Temas constantes nos ofícios recebidos na 5 ^a CCR e publicados nos Informativos de 2007	10
2.9.2.Expedientes da Secretaria	10
3.ATUAÇÃO DOS MEMBROS NA ÁREA TEMÁTICA.....	12
3.1.Atuação extrajudicial.....	12
3.1.1.Procedimento administrativo e inquérito civil público.....	12
3.1.2.Recomendação e Termo de Ajustamento de Conduta.....	13
3.2.Atuação judicial.....	14
3.3.Atuação das procuradorias regionais.....	15
3.4.Atuação no caso do Programa Emergencial de Trafegabilidade e Segurança nas Estradas – PETSE (meta da 5 ^a CCR).....	15
3.5.Atuação no caso Sanguessuga (meta da 5 ^a CCR).....	16
3.6.Atuação no caso Infraero (meta da 5 ^a CCR)	16
4.EVENTOS	17
4.1.IX Encontro Nacional.....	17
4.2.Dia Internacional contra a corrupção, iniciativa da ONU para celebração no dia 9 de dezembro	17
4.3.Curso de Iniciação para Procuradores da República	18
5. PROJETOS DA 5 ^a CÂMARA.....	19
5.1.Projetos da 5 ^a CCR em convênio com a ESMPU	19
6.GRUPOS DE TRABALHO	21
6.1.Grupos de Trabalho – GT	21
7.PÁGINA DA CÂMARA – INTERNET E INTRANET	22
7.1.Página da Câmara na Internet	22
7.2.Página da Câmara na Intranet	22
8.BASE DE DADOS.....	23
8.1.Base de dados de manifestação de inteiro teor da 5 ^a CCR	23
8.2.Base de dados de peças técnicas da assessoria técnico-pericial	24

9.DOS TRABALHOS DA ASSESSORIA TÉCNICA.....	25
10.EQUIPE DE SERVIDORES.....	26
10.1.Dos servidores da 5ª CCR – carência rotatividade	26
10.2.Quadro comparativo do número de servidores.....	26
11.COMPOSIÇÃO DA CÂMARA.....	27
11.1.Membros do Colegiado.....	27
11.2.Equipe de servidores.....	27
11.2.1.AssessoriaTécnica.....	27
11.2.2.Assessoria Jurídica.....	28
11.2.3.Assessoria Administrativa.....	28
11.3.Representação indicada pelas unidades de procuradorias.....	28



1.

APRESENTAÇÃO

Em cumprimento ao art. 7º, III, da Resolução nº 20/96, a Câmara do Patrimônio Público e Social - 5ª CCR, apresenta o Relatório de suas atividades do ano de 2007.

Este relatório constitui uma retrospectiva e um balanço do Ano de 2007, reunindo informações provenientes do Colegiado e das Procuradorias. Para isto, relacionou-se os temas mais freqüentemente objetos de revisão e quem eram os demandantes desses procedimentos. A Câmara mostra presteza no desempenho de suas competências, realizando reuniões semanais para apreciação dos conflitos de atribuições e com o intuito de evitar prescrição na atuação do órgão de execução, nos termos do art. 23 da Lei nº 8429/92, em eventual retorno para diligências.

Para efeito de dar a conhecer a causa das promoções de arquivamento, criou-se para este Relatório os Tipos de homologação de Arquivamento que indicam um percentual de 12,8% para “prescrição das medidas a serem adotadas” e de 49,24% para “irregularidades não comprovadas”.

Verifica-se que foi crescente o número de procedimentos aportados na 5ªCCR para análise pelo Colegiado, enquanto no ano de 2006 contabilizou-se 4.306, em 2007 consta 5.294, acréscimo de 988 procedimentos, equivalente a 22,94% de aumento.

A questão, levada ao conhecimento do Conselho Superior do Ministério Público Federal – CSMPF e ao Conselho Nacional do Ministério Público – CNMP, relacionada à atuação dos Membros Suplentes na distribuição igualitária de procedimentos serviu para mais uma revelação da necessidade de que todos os Membros, indistintamente, conforme o Regimento atual, recebam distribuição e participem ativamente nas competências da Câmara. O olhar sobre o total de 5.476 procedimentos distribuídos e a produtividade total de 4.383, divididos entre 5 Membros, foca a alta contribuição, no percentual de 54,82%, dada pelos Membros Suplentes ao funcionamento da Câmara. Cumpre registrar que uma vaga de Membro Suplente não foi ocupada

Assinale-se que a questão correicional foi já relatada e votada a favor da Coordenadora, encontrando-se em tramitação por força de pedido de vista, igualmente tramitando encontra-se o pedido de Procedimento de Controle Administrativo, com indeferimento de liminar requerida pelos Membros postulantes.

A veiculação dos 21 informativos na *intranet* objetivou promover a interação dos membros, a transparência e a publicidade interna da atuação. A Resolução nº 87, que disciplina o PA e o ICP veio reforçar rotina de comunicação à Câmara dos trabalhos realizados nos Estados, propiciando quantificá-los, inclusive por assunto. A base de inteiro teor das manifestações dos membros com *link* próprio na página da Câmara tem 13.633 documentos, dentre estes, 9.766 votos e 996 Ações Civis Públicas -ACP ou Ações Civis por Ato de Improbidade - AIA tendo havido acréscimo de 5.611 documentos em relação ao ano anterior.

Para o funcionamento da Câmara contou-se com espartana equipe formada por 27 servidores ajudados por 3 auxiliares terceirizados, sendo que 8 servidores atenderam as funções administrativas. E a Assessoria Técnico-Pericial respondeu pela expedição de 262 documentos, entre pareceres técnicos, laudos e informação.

Não sendo ainda possível por meio de Base de Dados da Instituição colher-se nacionalmente a atuação extrajudicial e judicial dos Membros para atender a indicadores de desempenho propostos no âmbito da 5ªCCR tem havido a inestimável colaboração das procuradorias para fornecerem o nº de procedimentos

investigatórios que alcançou a cifra total de 7.991, sendo 7163 procedimentos administrativos e 828 inquéritos civis.

Traduziu-se por meio de gráficos o volume da atuação, sendo o meu Estado de Pernambuco, o que mais instaurou procedimentos investigatórios, seguido por São Paulo e Minas Gerais. Quanto a expedição de Recomendações, de um total de 376, São Paulo expediu 69, seguido de Minas Gerais com 54 e Rio Grande do Sul com 51. Os termos de ajustamento de Conduta foram em número de 49.

Foi informado o número de 1.072 ações ajuizadas, sendo 457 ações em defesa do patrimônio público e 606 ações civis por ato de improbidade administrativa. Teria sido formidável que este número significativo de manifestações tivesse sido inserido na base de dados da 5^aCCR, o que não ocorreu, provavelmente em face da espera do funcionamento da base de dados “Único”.

A atuação das Procuradorias Regionais no âmbito temático foi representada por 230 recursos e 646 pareceres, dentre outros, totalizando 2.293 manifestações, que igualmente não se encontram na base de dados da Câmara pelo mesmo motivo acima mencionado.

Mesmo ciente de que as informações prestadas possam ter tido alguma imprecisão, tenho a convicção de que a divulgação é importante como forma de se assegurar a *accountability* e para que se dê transparência ao trabalho institucional. Vê-se, pois, que não se esgota neste apanhado toda a atuação do MPF na área, pois não se colheu a atuação dos Subprocuradores-Gerais e as manifestações como *custus legis* nas procuradorias da República. Mais detalhamentos sobre as atuações podem ser obtidos nas próprias unidades do Ministério Público Federal.

Dentre os eventos de iniciativa da Câmara, destacou-se o IX Encontro Nacional que foi intitulado “Estratégia de combate à corrupção”, cujo material está disponibilizado para consulta no *link* próprio. Foi celebrado o “Dia Internacional contra a Corrupção” tendo sido estimuladas as Procuradorias a realizarem igual evento. Vários projetos em parceria com a ESMPU e com o TCU foram concluídos ou estão em desenvolvimento, destacando-se, dentre esses, a oficina de trabalho “Indicadores de Desempenho,” com facilitadores do Tribunal de Contas da União e o Curso de Improbidade Administrativa.

Relevo ainda as metas estipuladas nos Encontros Nacionais de priorizar a atuação no acompanhamento e fornecimento de subsídios aos casos de corrupção identificados no programa emergencial de trafegabilidade e segurança nas estradas – PETSE e a elaboração de emendas do orçamento, conhecido como escândalo “sanguessuga” e o caso “infraero”. Também conseguiu-se editar o livro contendo as Monografias sob o tema “O Papel do Ministério Público no Combate à Corrupção”.

Destacam-se ainda as práticas positivas implementadas na Câmara, tais como a utilização de ambos os lados do papel, incentivo ao uso do *e-mail* para envio e recebimento de solicitações, realização de arquivo magnético de toda a documentação, apresentação do manual de rotinas aos servidores, elaboração escrita dos votos e inserção na base de dados.

Por fim, agradeço a todos que colaboraram para o sucesso da Câmara, especialmente à Equipe de Servidores, sempre motivados a bem servir à Instituição.

Brasília, 10 de abril de 2008

Gilda Pereira de Carvalho
Subprocuradora-Geral da República
Coordenadora da Câmara do Patrimônio Público e Social



2. ATUAÇÃO DO COLEGIADO

2.1. Relação dos temas apreciados pela Câmara¹

Os temas apreciados pela Câmara na sua competência revisional sugerem eventuais atuações uniformes ou priorização de procedimentos.

Temas apreciados pelo Colegiado	
Assunto	Votos
Convênios e Programas: Abrange os relatórios de fiscalização da CGU e acórdãos do TCU e irregularidades na aplicação das verbas, na celebração e na execução de convênios de temas variados.	679
Fundos: abrange irregularidades na aplicação de verbas e prestação de contas de fundos, tais como: FUNDEF, FNDE, FNS, FAT, FITP, FUNDESCOLA, FUNDEB.	414
Llicitação: Procedimentos licitatórios. Abrange dispensa indevida de procedimento licitatório; irregularidades praticadas por comissão de licitação; exigência de caução e de apresentação de documentos comprobatórios da capacidade técnico-financeira do participante; superfaturamento do objeto licitado; impedimento e habilitação de licitante; inobservâncias à Lei nº 8.666/93, dentre outros.	398
Conselhos	301
Improbidade: análise da aplicabilidade da Lei nº 8.429/92 em face do tempo, dos agentes públicos e dos particulares.	282
Recursos para a Saúde	273
Benefício previdenciário: abrange fraude na concessão de benefício previdenciário; ausência de repasse de contribuição previdenciária ao INSS; atendimento irregular a segurado; não realização de perícias médicas; desídia de procurador na defesa dos interesses da autarquia federal; sonegações, inadimplências e fraudes no pagamento de tributos destinados à Seguridade Social praticadas por clubes de futebol profissional; falha na comunicação de óbito de beneficiário, dentre outros.	266
Concurso público: abrange: contratações sem concurso público, inclusive as realizadas por conselhos profissionais; contratação de advogado por órgão público; nomeação de candidatos excedentes ao número de vagas; preterição de candidatos; irregularidades em editais, na realização das provas, no critério de correção de prova, na atuação da banca examinadora e da comissão organizadora e outros.	260
Recursos para a Educação	257
Obra pública: execução de obras. Abrange obras inacabadas ou não realizadas, obras construídas em desacordo com o projeto técnico, irregularidades em obras de duplicação, manutenção e construção de rodovias.	214
Saúde: SUS. Abrange cobrança indevida de honorários com Autorização de Internação Hospitalar – AIH, cobrança em duplicidade de procedimento médico, cobrança indevida aos usuários do SUS, relatórios de auditoria do DENASUS.	183
Desapropriações, assentamentos rurais, reforma agrária, ocupações irregulares de terras públicas.	156
Conflitos de atribuição diversos.	62
Rodovias federais: irregularidades em recuperação e manutenção.	44

¹A Assessoria Jurídica realizou pesquisa na base de dados de manifestação inteiro teor utilizando a seguinte metodologia:

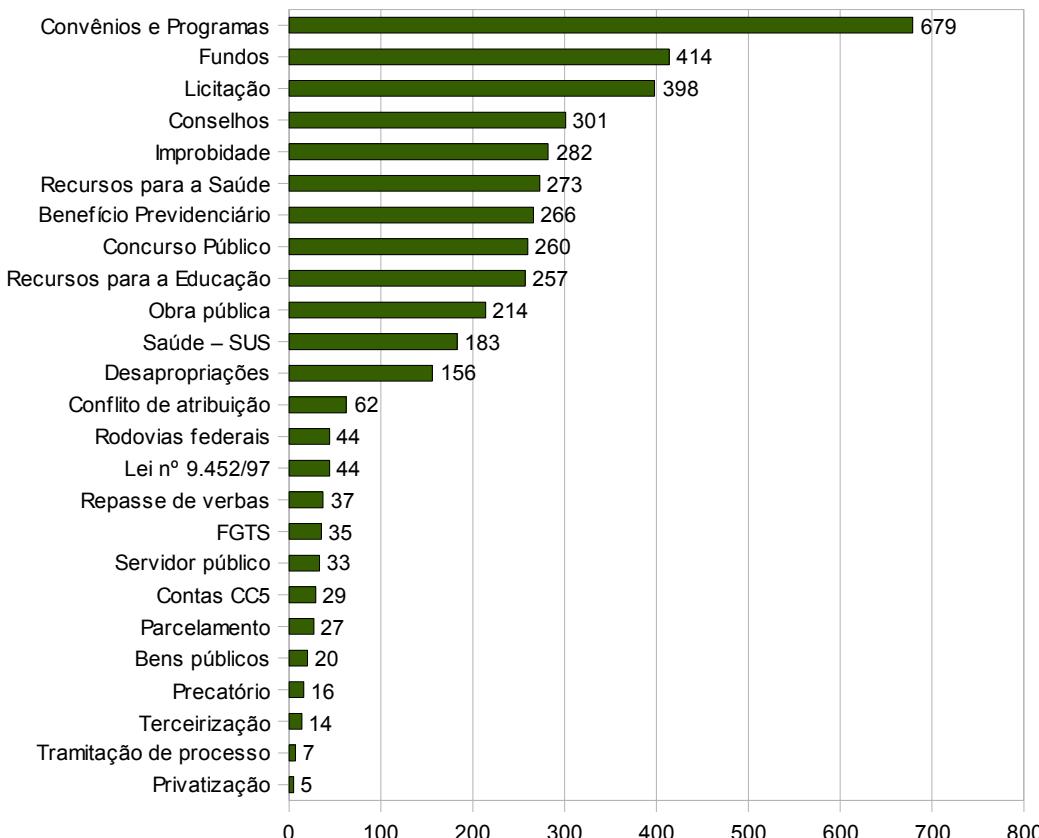
- selecionou a 5ª Câmara;
- selecionou o período de 01/01/2007 a 31/12/2007;
- tipo de documento “voto”;
- utilização de palavras-chaves.

O resultado da pesquisa foi o mapeamento dos assuntos tratados pelo colegiado da Câmara.

Lei nº 9.452/97: notificação pelas Prefeituras municipais aos partidos políticos, sindicatos de trabalhadores e entidades empresariais a respeito da liberação de verbas federais	44
Repasso de verbas: ausências e atrasos no repasse de verbas, cortes indevidos.	37
FGTS: abrange levantamento indevido, índices expurgatórios de planos econômicos, ausência de recolhimento.	35
Servidor público: abrange acumulação ilegal de cargos públicos, provimento derivado de cargo público, acumulação indevida de proventos de aposentadoria e vencimentos.	33
Contas CC5: transferência internacional de dinheiro por meio de conta de não residente, comumente denominada como CC5, por servidores públicos. Análise da ocorrência de eventual proveito indevido em razão de cargo público que caracterize prática de ato de improbidade administrativa.	29
Parcelamento ou Refis	27
Bens públicos: Ocupação irregular de bem da União. Permissão de uso de área pertencente à União.	20
Precatório: Abrange irregularidades ou atraso no seu pagamento.	16
Terceirização: abrange irregularidades na terceirização de mão-de-obra e serviços.	14
Tramitação de processo: abrange morosidade na apreciação de processos administrativos e judiciais, demora na devolução dos autos de processo judicial, procrastinação de andamento processual, demora do julgamento de ação ordinária, etc.	7
Privatização: abrange denúncia de ilegalidades nas privatizações da Rede Ferroviária Federal S/A – RFFSA, Companhia Vale do Rio Doce, Banco do Estado do Rio de Janeiro – BANERJ, das empresas integrantes do sistema Telebrás, entre outras.	5

Fonte: Base de dados – votos

Temas apreciados pela 5ª CCR



2.2. Órgãos demandantes²

É de ofício a maioria da atuação do MPF, consignando-se as denúncias anônimas. Seguem-se as representações de pessoas físicas e jurídicas; a remessa dos acórdãos, decisões e relatórios do Tribunal de Contas da União-TCU e a remessa dos relatórios de fiscalização decorrentes dos sorteios públicos das Prefeituras enviados pela Controladoria-Geral da União - CGU. Espera-se em outra oportunidade, com a criação de aplicativo próprio, seja possível extrair com precisão os nomes dos demandantes.

Principais Demandantes	Votos
Pessoas físicas e jurídicas (diversos)	1216
MPF: procedimentos cuja instauração deu-se de ofício	1073
TCU: abrange acórdãos, decisões, relatórios de fiscalização enviados pelo TCU ao MPF.	312
CGU	302
Anônimo	167
Ministérios Públicos Estaduais	87
Municípios	79
Ministérios, Secretarias de Governo	77
Associações, entidades civis	73
Magistrados	60
Sindicatos de diversas categorias	58
Órgãos, autoridades federais, agentes públicos	50
Conselhos de Classe, Conselhos Municipais	35
Parlamentares, CPI's, Câmaras Municipais, Assembléias Estaduais	33
Fundações	28
Tribunais	23
AGU	12
CEF	10
Federações	8
ECT	7
Agências reguladoras	4
Defensorias Públicas	3
Total	3.717

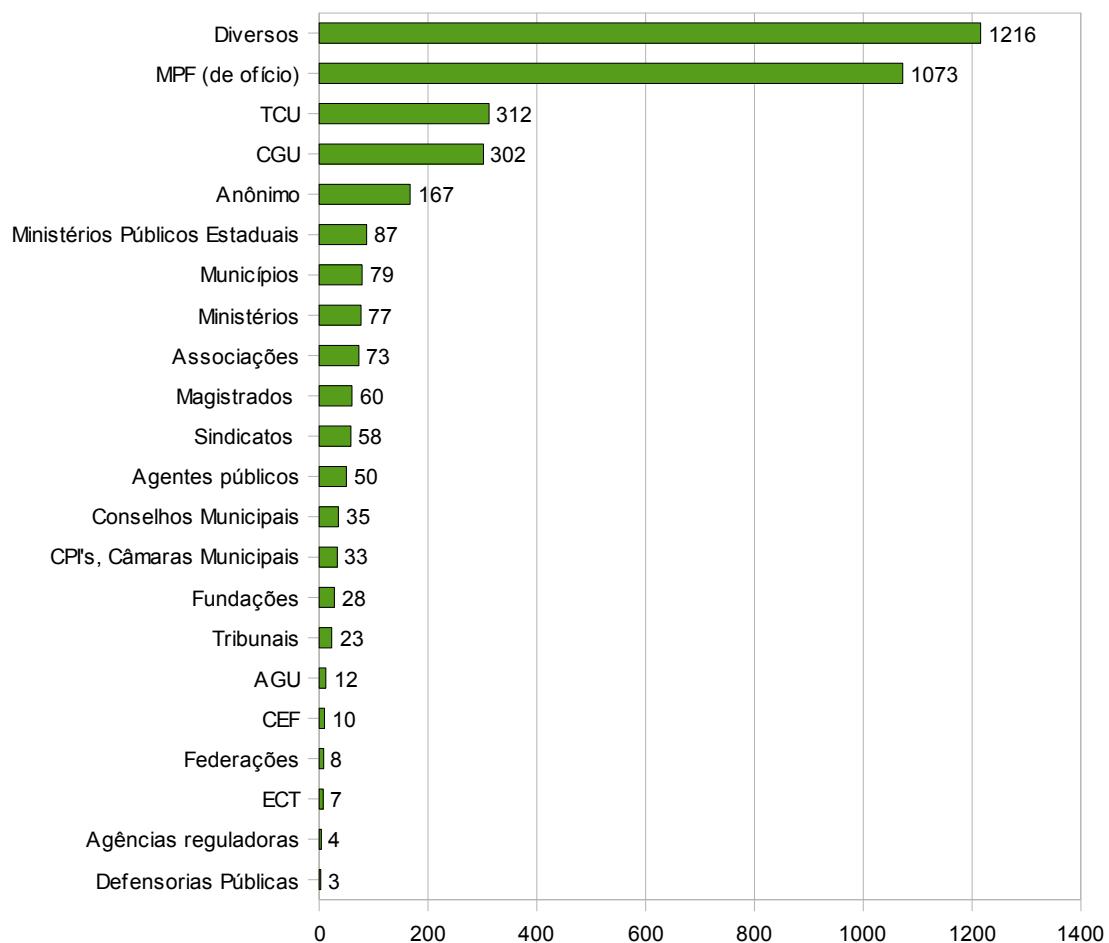
Fonte: Base de dados - votos

²A Assessoria Jurídica realizou pesquisa na base de dados de manifestação inteiro teor utilizando a seguinte metodologia:

- selecionou a 5ª Câmara;
- selecionou o período de 01/01/2007 a 31/12/2007;
- tipo de documento “voto”;
- utilização de palavras-chaves.

O resultado da pesquisa foi o mapeamento dos demandantes.,

Pessoas e Órgãos demandantes



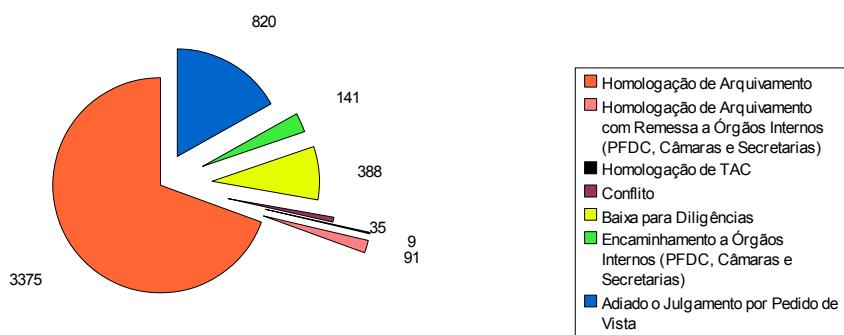
2.3. Reuniões

No ano de 2007 a 5^a Câmara realizou **45** reuniões com os seguintes resultados:

Decisão	Procedimentos
Homologação de Arquivamento	3.375
Homologação de Arquivamento com Remessa a Órgãos Internos (PFDC e Câmaras)	91
Homologação de TAC	9
Conflito de Atribuição	85
Baixa para Diligências	388
Encaminhamentos a Órgãos Internos (PFDC, Câmaras)	141
Adiado o Julgamento por Pedido de Vista	820
Recurso contra a promoção de arquivamento	236

Fonte: Atas de Reuniões

01/01/2007 a 31/12/2007



2.4. Tipos de homologação de arquivamento

Tipos de homologação de arquivamento	
Irregularidades não comprovadas	1662
Medidas adotadas pelo MPF	943
Prescrição das medidas a serem adotadas	432
Irregularidades sanadas	204
Direito disponível	134
Total	3375

Fonte: Base de dados da 5ª CCR

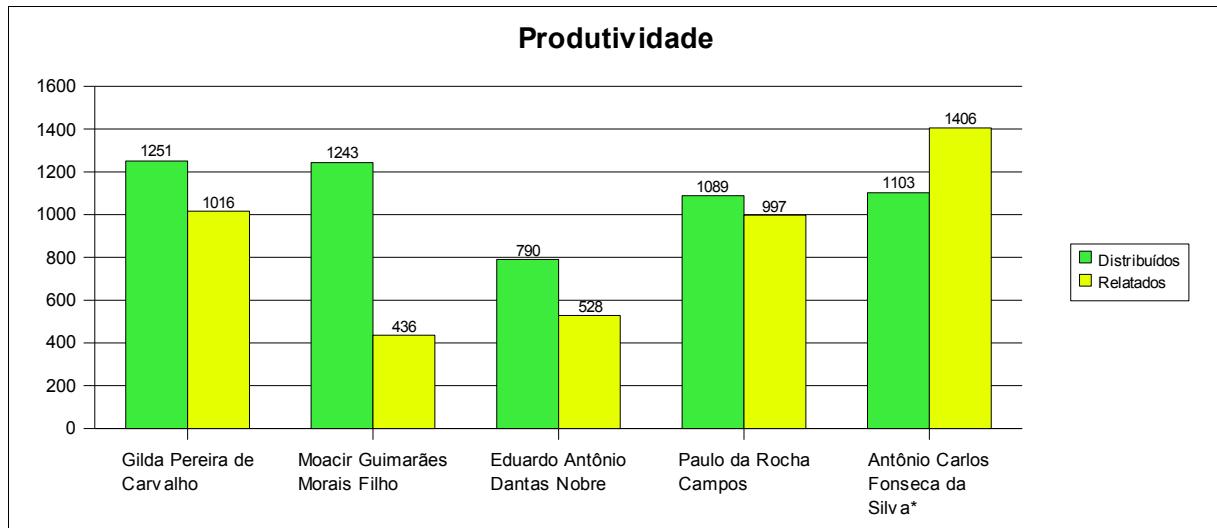
2.5. Procedimentos distribuídos e julgados pelos membros

No ano de 2007 foram distribuídos **5.476** procedimentos, destes foram **4.039** julgados.

ANO DE 2007

Membros Subprocurador(a)-Geral da República	Distribuídos	Relatados	Pedido de Vista	Julgados
Gilda Pereira de Carvalho	1.251	1.016	7	644
Moacir Guimarães Morais Filho	1.243	436	784	453
Eduardo Antônio Dantas Nobre	790	528	29	545
Paulo da Rocha Campos	1.089	997	0	999
Antônio Carlos Fonseca da Silva	1.103	1.406	0	1.398
Total	5.476	4.383	820	4.039

Fonte: Sistema ARP, Ata da Reunião e Distribuição



2.6. Correição na 5ª CCR. Regimento Interno. Procedimento de controle administrativo no CNMP.

Foi pedido Correição na 5ªCCR pelos Membros efetivos mediante ofício nº 023/2006-MGMF, de 29.05.2006 alegando-se: a) distribuição de procedimentos aos membros suplentes em face do regimento interno da 5ªCCR, art. 16; b) redistribuição para a nova composição de 444 procedimentos remanescentes. O pedido foi atendido e autuado sob nº 108/2006- ESBP.

O Recurso da Coordenadora desta decisão originou o Processo nº. 1.00.001.000100/2006-74 que foi relatado em 02.10.2007, votando o Conselheiro Relator pelo provimento do recurso em face de “não haver a mínima justa causa para instauração dessa correição.” E, determinou o “arquivamento da correição, cassando, portanto, a decisão do Corregedoria-Geral do Ministério Público Federal que determinou a respectiva instauração.” Acompanharam o Relator quatro Conselheiros, tendo havido pedido de vista, aguardando dois Conselheiros para deliberação final.

Proposta de Regimento da 5ªCCR: processo nº 1.00.001.000006/2006-15 em tramitação. Em 27 de março de 2007 foi decidido no Processo nº 1.00.001.000024/2007-88 que, até a decisão deste Conselho Superior sobre o Regimento Interno da Câmara, a Coordenadora continuará procedendo à distribuição aos membros suplentes, na forma do art. 16 do Regimento Atual.

Em 02 de abril de 2007, foi autuado no Conselho Nacional do Ministério Público o Procedimento de Controle Administrativo nº 0.00.000.000154/2007-86 no qual prestou informações a Coordenadora e foi indeferida a liminar requerida pelos membros titulares da Câmara visando a desconstituição ou revisão de atos administrativos da Coordenadora da 5ª CCR.

Abaixo o fluxo de procedimentos distribuídos e relatados no período de janeiro a dezembro de 2007:

2	PROCEDIMENTOS	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	TOTAL
0	Distribuídos	414	412	568	351	493	494	3	944	468	598	409	322	5.476
0	Relatados	0	156	614	63	541	833	0	408	336	517	504	411	4.383
7	Julgados	0	170	533	16	468	818	0	306	317	511	476	370	4.039

Fonte: Atas de Reuniões e Distribuição

2.7. Fluxo de Procedimentos

Em 2007, período de janeiro a dezembro, ingressaram na 5^a Câmara 5.294 procedimentos. No mesmo período, foram expedidos 4.182. Apresenta-se a evolução do fluxo no seguinte quadro:

2 0	PROCEDIMENTOS	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	TOTAL
0	Recebidos	205	369	449	390	530	422	422	603	453	591	454	406	5.294
7	Expedidos	88	87	409	265	133	419	639	162	198	445	225	1.082	4.182

Fonte: Secretaria da 5^a CCR

2.8. Remanescente

Procedimentos	Quantidade
Remanescentes de 2006	1.775
Distribuídos em 2007	5.476
Remanescentes 2006 + Distribuídos 2007	7.254
Julgados	4.039
Total Remanescente para 2008	3.215

Fonte: Secretaria da 5^a CCR

2.9. Informativos

É publicado quinzenalmente informativo no endereço <http://intranet-5ccr.pgr.mpf.gov.br/restrito-5ccr/informativo/informativos> dando publicidade interna às comunicações recebidas dos membros quanto a: instalações de PA's e ICP's e respectivas prorrogações; celebração de termo de ajustamento de conduta; encaminhamento de recomendações; de ajuizamento de ações civis públicas; declinações de atribuição e da estatística de produtividade do colegiado, dentre outros assuntos. No ano de 2007 foram publicados 21 informativos, contendo, além das informações acima citadas, notícias de repercussão na área do Patrimônio Público e Social e da Probidade Administrativa, eventos da Câmara, quadro estatístico da base de dados, e-mail recebidos, movimentação de procedimentos e produtividade da Câmara.

Informativos da 5 ^a CCR – Ano 2007 ⁶	
Comunicações recebidas	Quantidade
Procedimentos Administrativos	298
Inquérito Civil PÚBLICO	955
Ação Civil Pública	101

⁶A Secretaria de Informação e Documentação da 5^a CCR realizou pesquisa utilizando a seguinte metodologia:

- selecionou todos os ofícios recebidos na 5^a CCR no período compreendido entre 01/01/2007 a 31/12/2007 e publicados nos informativos referente ao ano de 2007;
- selecionou a página da intranet da 5^a CCR no link “Informativos”;
- utilização de palavras-chaves;
- soma do resultado obtido;
- confecção de tabela com demonstrativo dos números encontrados.

Recomendação	42
Termo de Ajustamento de Conduta	5
Declínio de Atribuição	228
Prorrogação de Prazo de P.A. e/ou I.C.P.	562

Fonte: Intranet 5ª CCR

2.9.1. Temas constantes nos Ofícios recebidos na 5ª CCR e publicados nos Informativos de 2007⁷

	P.A	ICP	ACP	Recomendação	TAC	Declínio
Improbidade Administrativa	292	461	61	28	1	112
Licitação	17	112	5	6	1	19
Convênios	51	108	4	1	0	8
Programas de Governo	31	69	0	3	1	3
Concurso Público	3	15	0	1	1	17
Recursos para a Educação	44	74	2	0	0	40
Recursos para a Saúde	47	64	6	1	0	20
PETSE	14	15	0	0	0	1
Sanguessuga	12	9	0	0	0	0

Fonte: Ofícios recebidos na 5ª CCR e publicados nos Informativos do ano de 2007.

2.9.2. Expedientes da Secretaria

Correspondências Recebidas	
Total:	2.875

Fonte: Secretaria da 5ª CCR. Sistema Fênix

Correspondências Expedidas	
Ofícios	2.537
Ofícios–Circulares	41
Memorandos	197
Total	2.775

Fonte: Secretaria da 5ª CCR

E-mails Recebidos em 2007	
5camara@pgr.mpf.gov.br	2.726

Fonte: Setor de Informação e Documentação da 5ª CCR – Caixa postal institucional da 5ª CCR

⁷A Secretaria de Informação e Documentação da 5ª CCR realizou pesquisa utilizando a seguinte metodologia:

- selecionou todos os ofícios recebidos na 5ª CCR no período compreendido entre 01/01/2007 a 31/12/2007 e publicados nos informativos referente ao ano de 2007;
- selecionou a página da intranet da 5ª CCR no link “Informativos”;
- utilização de palavras-chaves (temas);
- soma do resultado obtido;
- confecção de tabela com demonstrativo dos números encontrados.

Denúncias recebidas pelo e-mail: 5camara@pgr.mpf.gov.br – Ano 2007	
Assunto	Quantidade
Bens públicos	48
Concurso público e servidores	43
Desvio de verba pública – área: saúde	42
Improbidade Administrativa	54
Licitação	59
Serviço público	64
Nepotismo	48
Uso indevido de imóvel público	19
Desvio de verba pública – área: educação	48
Universidades Públicas	40
Conselhos profissionais	32
Uso indevido de verbas públicas por ONG's	12
Denúncias em desfavor de particulares	15
Convênios	27
Total:	551

Fonte: caixa postal 5camara@pgr.mpf.gov.br - Ano de 2007

Outras comunicações recebidas pelo e-mail: 5camara@pgr.mpf.gov.br – Ano 2007	
Base de dados da 5ª CCR	267
Evento do Dia do Combate a Corrupção	14
IX Encontro Nacional da 5ª CCR	138
Listas de discussão da 5ª CCR	15
Comunicação de Instauração de Procedimento Administrativo	9
Recomendações	4
Resolução 87 (portarias: publicações, prorrogações, comunicações)	729
TAC's	4
Total:	1.180

Fonte: caixa postal 5camara@pgr.mpf.gov.br - Ano de 2007



3. ATUAÇÃO DOS MEMBROS NA ÁREA TEMÁTICA

3.1. Atuação extrajudicial

Os procedimentos administrativos e os inquéritos civis dão origem a atuação extrajudicial representada por Recomendação ou Termo de Ajustamento de Conduta, e judicial concernente ao ajuizamento de Ação Civil Pública ou Ação Civil Pública por ato de improbidade, dentre outras. Abaixo a tabela que se originou do Ofício-Circular nº 04/2008 dirigido às Procuradorias da República e Procuradorias Regionais da República com o objetivo de validação dos dados obtidos no sistema integra, que se mostrou não fidedigno, em face do glossário empregado.

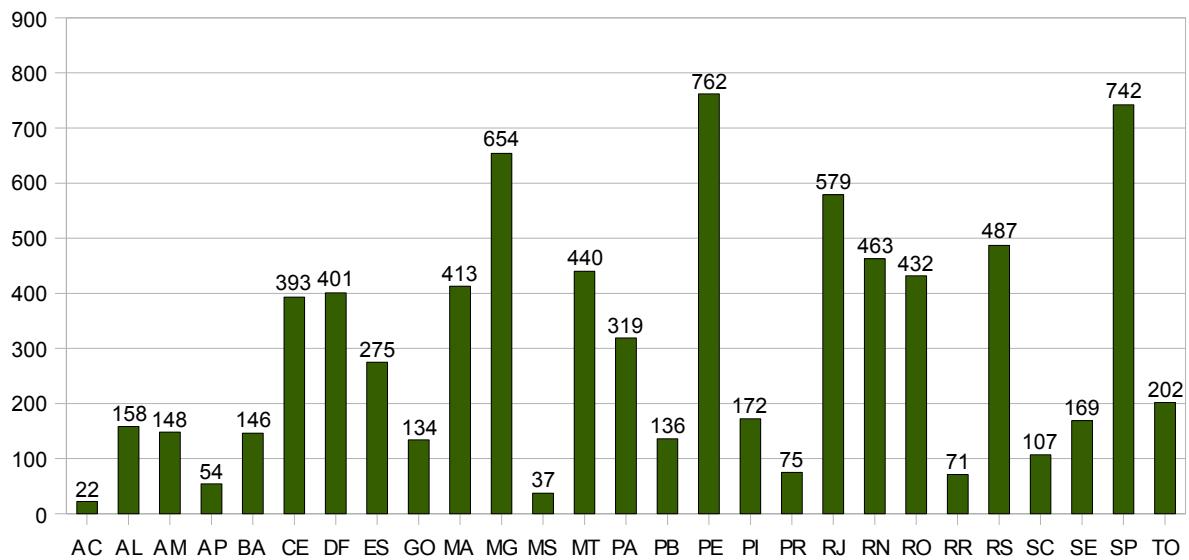
3.1.1. Procedimento administrativo e inquérito civil público

Os procedimentos investigatórios do MPF foram divididos em procedimentos administrativos (PA) e inquéritos civis (ICP).

		Procedimentos Administrativos			Inquéritos Civis Públicos			
		Patrimônio Público	Improbidade	Total	Patrimônio Público	Improbidade	Total	Total Parcial
1	AC	8	11	19	0	3	3	22
2	AL	158	0	158	0	0	0	158
3	AM	54	94	148	0	0	0	148
4	AP	25	24	49	2	3	5	54
5	BA	42	26	68	40	38	78	146
6	CE	146	244	390	1	2	3	393
7	DF	317	78	395	4	2	6	401
8	ES	198	0	198	77	0	77	275
9	GO	85	48	133	0	1	1	134
10	MA	343	67	410	2	1	3	413
11	MG	441	202	643	0	11	11	654
12	MS	9	4	13	20	4	24	37
13	MT	315	125	440	0	0	0	440
14	PA	84	235	319	0	0	0	319
15	PB	61	74	135	1	0	1	136
16	PE	459	297	756	3	3	6	762
17	PI	0	170	170	0	2	2	172
18	PR	55	20	75	0	0	0	75
19	RJ	455	89	544	17	18	35	579
20	RN	145	316	461	1	1	2	463
21	RO	0	17	17	0	415	415	432
22	RR	6	35	71	0	0	0	71
23	RS	205	145	350	52	85	137	487
24	SC	-	-	107	0	0	0	107
25	SE	145	23	168	1	0	1	169
26	SP	383	341	724	-	-	18	742
27	TO	134	68	202	0	0	0	202
Total Geral				7163			828	7991

Fonte: Respostas ao ofício-circular 04/2008

Procedimento Administrativo e Inquérito Civil Público – Patrimônio Público e Improbidade



3.1.2. Recomendação e Termo de Ajustamento de Conduta

		TAC	Recomendação
1	AC	0	0
2	AL	0	0
3	AM	0	0
4	AP	8	0
5	BA	0	2
6	CE	1	21
7	DF	1	21
8	ES	1	36
9	GO	2	8
10	MA	0	1
11	MG	20	54
12	MS	0	3
13	MT	0	1
14	PA	0	7
15	PB	0	7
16	PE	8	21
17	PI	0	27
18	PR	0	2
19	RJ	1	22
20	RN	0	8
21	RO	1	1
22	RR	0	1
23	RS	5	51
24	SC	0	5
25	SE	0	1
26	SP	0	69
27	TO	1	7
Total Geral		49	376

Fonte: Respostas ao ofício-circular 04/2008

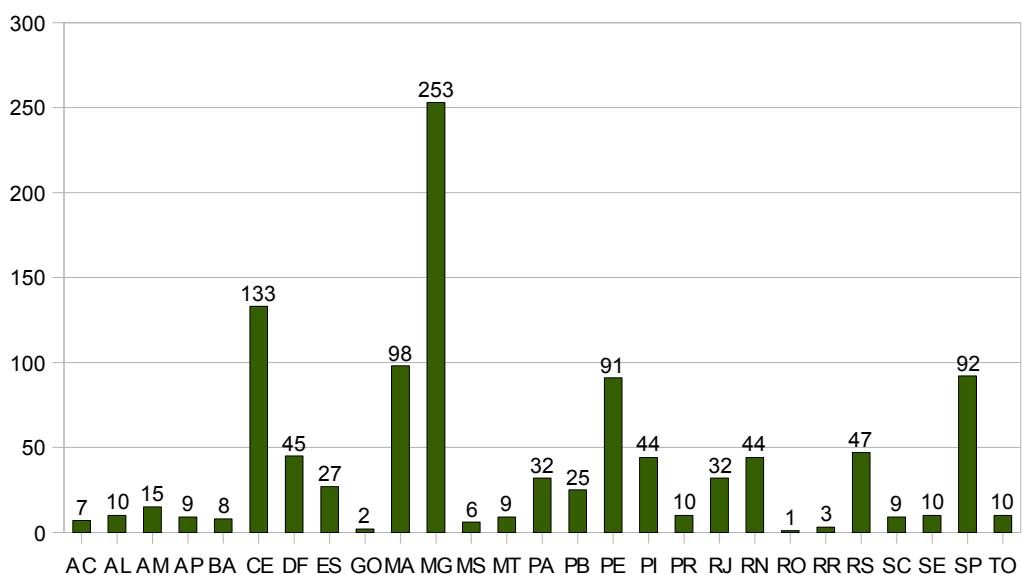
3.2. Atuação judicial

Cumpre registrar que não consta nesse levantamento os Pareceres e demais manifestações elaboradas pelos Procuradores da República na defesa da área temática da 5^aCCR, pois foi dada preferência a contabilização dos ajuizamentos de Ação civil pública (ACP) ou a Ação Civil Pública por ato de Improbidade (AIA).

Ação Civil Pública				
		Patrimônio Públco	Improbidade	Total Parcial
1	AC	2	5	7
2	AL	1	9	10
3	AM	7	8	15
4	AP	5	4	9
5	BA	0	8	8
6	CE	14	119	133
7	DF	16	29	45
8	ES	27	0	27
9	GO	0	2	2
10	MA	12	86	98
11	MG	239	14	253
12	MS	0	6	6
13	MT	4	5	9
14	PA	19	13	32
15	PB	4	21	25
16	PE	38	53	91
17	PI	7	37	44
18	PR	5	5	10
19	RJ	18	14	32
20	RN	1	43	44
21	RO	0	1	1
22	RR	3	0	3
23	RS	14	33	47
24	SC	-	-	9
25	SE	7	3	10
26	SP	12	80	92
27	TO	2	8	10
Total Geral		457	606	1072

Fonte: Respostas ao Ofício-circular 04/2008

**Ação Civil Pública
Patrimônio Público e Improbidade Administrativa**



3.3. Atuação das Procuradorias Regionais

Recursos e pareceres no âmbito do patrimônio e público e social e probidade administrativa			
	Recurso	Parecer	TOTAL
PRR1	-	-	1417
PRR2	38	131	169
PRR3	68	58	126
PRR4	111	271	382
PRR5	13	186	199
TOTAL	230	646	2293

Fonte: Respostas ao ofício-circular 05/2008

3.4. Atuação no caso do Programa Emergencial de Trafegabilidade e Segurança nas Estradas – PETSE (meta da 5ªCCR).

Link: <http://intranet-5ccr.pgr.mpf.gov.br/restrito-5ccr/lista-de-discussao/tematicas/licitacoes-e-obras-publicas/docs-petse/geral>

Medidas judiciais e extrajudiciais adotadas	Ano 2006	Ano 2007
Procedimento Administrativo	34	0
Inquérito Civil Público	5	2
Ação Civil Pública	19	0

Fonte: Respostas ao Ofício Circular nº 10/2006/5ª CCR

3.5. Atuação no caso Sanguessuga (meta da 5ªCCR).

Link: <http://intranet-5ccr.pgr.mpf.gov.br/restrito-5ccr/grupo-de-trabalho/grupo-de-trabalho-recursos-para-a-saude>

Medidas judiciais e extrajudiciais adotadas	Ano 2006	Ano 2007
Procedimento Administrativo	139	3
Inquérito Civil Público	33	2
Ação Civil Pública	23	0

Fonte: Respostas ao Ofício Circular nº 12/2006/5ªCCR

3.6. Atuação no caso Infraero (meta da 5ªCCR)

Link: <http://intranet-5ccr.pgr.mpf.gov.br/restrito-5ccr/grupo-de-trabalho/grupo-de-trabalho-licitacoes-e-obras-publicas>

Medidas judiciais e extrajudiciais adotadas	Ano 2006	Ano 2007
PA'S e ICP'S	195	29
Ação Civil Pública	48	8

Fonte: Respostas ao Ofício Circular nº 06/2007/5ªCCR



4. EVENTOS

4.1. IX Encontro Nacional – 11, 12 e 13 de Setembro

Tema: Estratégia de Combate à Corrupção no Âmbito do Patrimônio Público e Social.

A 5^a CCR reuniu 53 membros com atuação na área temática tendo as discussões culminado com as seguintes propostas: trabalho de parceria do MPF com os órgãos que cuidam dos recursos repassados para a educação, tais sejam, a Fundação Nacional de Desenvolvimento Escolar – FNDE, Ministério da Educação, Tribunais de Contas dos Estados e Municípios e com os Ministérios Públicos Estaduais; atuação voltada à defesa do patrimônio social representado pelas contribuições previdenciárias não lançadas como crédito, enquanto pendentes recursos administrativos; atenção voltada aos milionários recursos repassados para as ONGs e OSCIPs; intervenção sistemática do MPF em todas as ações ajuizadas pelo INCRA objetivando a retomada de terras griladas ou de indenizações com valores irreais no mercado; veemente questionamento à criação de fundação privada para as áreas de saúde, assistência social e previdência complementar; e uma atuação coordenada nacionalmente em relação a determinados casos. Propôs-se a priorização pela administração da implementação da nova base de dados do MPF para possibilitar o planejamento de ações, estratégias e metas.

As conclusões do IX Encontro Nacional foram organizadas em um relatório final, estando o inteiro teor disponível na página da Câmara no link: http://intranet-5ccr.pgr.mpf.gov.br/restrito-5ccr/encontros/docs_ix_encontro/ix-encontro-nacional-da-5acamara

4.2. Dia Internacional contra a corrupção, iniciativa da ONU para celebração no dia 9 dezembro.

No dia 07/12/2006 a 5^a Câmara promoveu na Procuradoria-Geral da República evento comemorativo no qual se manifestaram ou deram depoimentos Membros e Servidores do MPF³ sobre o combate à corrupção e foram mostrados vídeos e reportagens. Após as exposições, a Coordenadora fez o encerramento do evento.

Foi solicitado pelo Ofício-Circular nº 33/2007 de 22 de novembro de 2007 que as outras Unidades do MPF fizessem evento dessa natureza.

Programação e material sobre o evento podem ser vistos na página da 5^a Câmara no link:

<http://5ccr.pgr.mpf.gov.br/documentos-e-publicacoes/eventos/concursos-literarios>

³SPGR e membro-suplente Antonio Fonseca e os PRRs Eliana Peres Torelly de Carvalho, Franklin Rodrigues da Costa, Luiz Augusto Santos Lima, Oswaldo Barbosa, PR Valquíria Quixadá e os Assessores Carlos Alberto de Oliveira Lima e Marta Lígia de Freitas Vieira.

4.3. Curso de Iniciação para Procuradores da República

No dia 05/09/2007 a Coordenadora da 5^a Câmara fez exposição sobre a área de atuação temática da Câmara juntamente com os Assessores⁴ da Área Técnico-Pericial.

O material do curso está disponibilizado na página da 5^a Câmara no link:
<http://intranet-5ccr.pgr.mpf.gov.br/restrito-5ccr/docs-cursos/cursos>

⁴Assessores Carlos Alberto de Oliveira Lima e Marta Lígia de Freitas Vieira.



5.

PROJETOS DA 5^a CÂMARA

5.1. Projetos da 5^aCCR em convênio com a ESMPU

A 5^aCCR tem parceria com a Escola Superior do Ministério Público da União – ESMPU nos seguintes projetos findos e em desenvolvimento:

1. O “Curso de aperfeiçoamento sobre a atuação extrajudicial e judicial do Ministério Público na defesa do patrimônio público e da moralidade administrativa”⁵ - resulta de parceria entre a 5^aCCR e a Escola Superior do Ministério Público da União. É ministrado sob a forma de ensino à distância, com a realização de alguns Seminários presenciais.

O material do curso está disponibilizado na página da 5^aCCR no link:
<http://intranet-5ccr.pgr.mpf.gov.br/restrito-5ccr/docs-cursos/cursos>

2. Grupo de estudos⁶ - “100 perguntas e respostas sobre improbidade administrativa”. Estudo concluído e entregue à ESMPU em 28 de junho de 2007, pelo ofício nº 967/2007 – 5^a CCR.

Objetivo: Publicação de Manual dirigido ao público.

3. Grupo de estudos⁷ - “Regras básicas para uma força-tarefa no âmbito do MPF”. Projeto em finalização.

Objetivo: Publicação de um Manual onde conste o procedimento adotado para a instalação, desenvolvimento e conclusão dos trabalhos de uma força-tarefa.

4. Grupo de estudos⁸ - “A imprescritibilidade ou prescritibilidade da ação de resarcimento ao erário público”. Estudo concluído e remetido à ESMPU em 28 de junho de 2007, pelo ofício nº 967/2007 – 5^a CCR.

Objetivo: Publicação da consolidação de levantamento doutrinário e jurisprudencial sobre a matéria.

5. Grupo de estudos⁹ - “Regulamentação do procedimento administrativo civil” ainda em desenvolvimento.

Objetivo: Publicação de Manual visando assegurar ao membro com atuação na área temática da 5^a CCR um procedimento-padrão de atuação.

6. Oficina de trabalho “Indicadores de Desempenho”: parceria da 5^aCCR com o TCU/Seplan/3^aDT/ESMPU.

⁵Coordenado pela Procuradora Regional da República Samantha Chantal Dobrowolski. Os Professores são membros do MPF e convidados.

⁶Procuradora da República Márcia Noll Barboza – Coordenadora – PR-RS, colaboradores: Denise Vinci Túlio – PRR1, José Roberto Pimenta Oliveira – PR-SP, Wellington Cabral Saraiva – PRR5, Mônica Nicida – PRR3, Walter Claudius Rothenburg – PR-SP, Sérgio Monteiro Medeiros – PRR3, Antonio do Passo Cabral – PR-SP, Marlon Alberto Weichert – PRR3, Márcio Andrade Torres – PR-CE.

⁷Januário Paludo – Coordenador – PRR4, Carlos Fernando dos Santos Lima – PRR3 e Vladimir Aras – PR-BA

⁸Dr. André de Carvalho Ramos – Coordenador PRR3, Ana Lúcia Amaral – PRR3, Sergei Medeiros Araújo – PR-MA, Walter Claudius Rothenburg – PRR3, Allan Versiani de Paula – PR-MS.

⁹Coordenado pelo Procurador da República Danilo Pinheiro Dias – PR-BA, Analúcia de Andrade Hartmann – PR-SC e Alexandre Amaral Gravronski – PR-SP.

A oficina de trabalho ocorreu de 28/03/2007, 29/03/2007 e 18/04 e 19/04/2007, nas dependências da ESMPU¹⁰ e contou com Membros e Servidores na atuação temática da 5^aCCR

¹⁰Facilitadores da Oficina: José Fernando Garcia Almeida, Daniel Luiz de Souza e Leonard Renne. Participantes: SPGR – Coordenadora - Gilda Carvalho, PRR4 Maria Hilda Marsiaj Pinto, PRR1 Oswaldo Barbosa, PRR5 Fábio George Nóbrega, PR-DF Valquíria Quixadá, PR-DF Paulo José Rocha Jr., PR-DF Lauro Pinto, Servidores 5^aCCR: Carlos Alberto, Romeu Drummond., Luzia Fonseca Azevedo.



6. GRUPOS DE TRABALHO

6.1. Grupos de Trabalho – GT

Os Grupos de Trabalho, formados por 3 integrantes, foram criados com a finalidade de auxiliar a Câmara no planejamento de estratégias e metas relacionadas à temática de cada um deles: recursos para a educação, recursos para a saúde, bens públicos e desapropriação, licitações e obras públicas, servidores e concursos públicos e projetos e metas.

Para a consecução de seus objetivos, no decorrer do ano, reuniram-se em Brasília e em outros Estados e produziram atas, tabelas, gráficos, notas técnicas, e encaminhamentos, como pode ser visto no seguinte *link* disponível na intranet:

<http://intranet-5ccr.pgr.mpf.gov.br/restrito-5ccr/grupo-de-trabalho/grupos-de-trabalho>

Os Grupos de Trabalho são assim compostos:

1. Recursos para a educação: Fábio George Cruz da Nóbrega – PRR5 – Coordenador, Sergei Medeiros de Araújo – PR/MA, Fernanda Alves de Oliveira – PRM/Ilhéus.
2. Recursos para a Saúde: Marlon Alberto Weichert – PRR3 - Coordenador autor do projeto de criação da equipe de “apoio técnico para a atuação do MPF em saúde pública – SUS”, com participação de Rose Santa Rosa – PR-SP, que foi sucedido por Oswaldo José Barbosa da Silva – PRR1 – Coordenador, Peterson de Paula Pereira – PR/DF, Marcus Vincius Aguiar Macedo – PR/AC e Larissa Maria Sacco – PRM/Dourados – MS.
3. Bens Públicos e Desapropriação: Márcia Neves Pinto – PRR4 – Coordenadora, Elton Gherzel - PRR1, Marco Antônio Delfino de Almeida – PRM Altamira. Colaboradores: Eduardo Kurtz Lorenzonni – PRR4, Roberto Luís Oppermann Thomé e Francisco de Assis Sanseverino – PRR4.
4. Licitações e Obras Públicas: Isabel Groba Vieira – Coordenadora – PRR3, José Ricardo Meirelles, PRR3 e Suzana Fairbanks Lima de Oliveira – PR-SP.
5. Servidores e Concursos Públicos – Mônica Nicida Garcia – PRR3 – Coordenadora sucedida por Samantha Chantal Dobrowolski e Ronaldo Pinheiro de Queiroz – PR-RN.
6. Projetos e Metas - Denise Vinci Túlio – Coordenadora - PRR1, sucedida por Maria Hilda Marsiaj Pinto -PRR4, Francisco Chaves dos Anjos Neto – PRR5, Fábio George Cruz da Nóbrega - PRR5, Oswaldo José Barbosa Silva - PRR1 e Valquíria Oliveira Quixadá Nunes – PR-DF.



7.

PÁGINA DA 5^a CÂMARA – INTERNET E INTRANET

7.1. Página da Câmara na Internet

A 5^aCCR pode ser acessada pelo público externo na seguinte página: <http://ccr5.pgr.mpf.gov.br>

Ministério Público Federal
Procuradoria Geral da República

acessibilidade contato sites do mpf

5^a Câmara de Coordenação e Revisão

PGR Membros do MPF Notícias Legislação Outros Sites Área restrita Intranet 5^a CCR Busca buscar

você está aqui: página inicial

Institucional

- Apresentação
- Composição
- Fale Conosco
- Manual de Rotinas
- Regimento Interno
- Representantes

Documentos e Publicações

- Atas - Reunião
- Atas - Distribuição
- Bibliografia
- Dinheiro Público \$\$\$
- Enunciados
- Eventos
- Jurisprudência
- Manuais e Cartilhas
- Pautas - Reunião
- Publicações
- Relatórios de Atividades

Patrimônio Público e Social

A 5^a CÂMARA DE COORDENAÇÃO E REVISÃO integra, coordena e revisa a atuação dos órgãos do MPF na defesa do patrimônio público e social e da probidade administrativa relacionada a questões federais.

Saiba mais... Saiba mais...

Notícias

- 09/04/2008 - Ex-prefeito de Curionópolis (PA) perde os direitos políticos por improbidade
- 08/04/2008 - MPF e MPDFT denunciam reitor da UnB por improbidade administrativa
- 08/04/2008 - MPF/BA: Justiça bloqueia bens do prefeito de Poções
- 07/04/2008 - MPF/PE consegue condenação de ex-prefeito por improbidade administrativa
- 04/04/2008 - MPF/AM pede cumprimento de sentença contra ex-prefeito de Itacoatiara

Leia mais...

Clique para instalar o Adobe Reader

SAF Sul Quadra 4 Conjunto C - Brasília / DF - CEP 70050-900 - PABX: (61) 3031-5100

Este site está em conformidade com os seguintes padrões:

Acessar

Este site está em conformidade com os seguintes padrões:

W3C AA W3C XHTML W3C CSS ANY BROWSER

7.2. Página da Câmara na Intranet

Com vistas à Coordenação, Integração e Revisão foi criada página na qual o Membro pode interir-se das atividades da Câmara e das Comunicações oriundas das Procuradorias, seja pelos *links* com assuntos específicos, seja pelo Informativo quinzenal. Acessa-se ainda a considerável documentação inserida nos links dos Grupos de Trabalho e nos de casos eleitos para uma atuação nacional. Link: <http://intranet-5ccr.pgr.mpf.gov.br/restrito-5ccr/index.htm>



8. BASE DE DADOS

8.1.

Base de dados de manifestação de inteiro teor da 5^a CCR

Produzida com a finalidade de propiciar aos Membros pesquisa de material na área temática da 5^aCCR, a base de dados de manifestações de inteiro teor dos membros conta com 13.633 documentos.

Manifestações de Inteiro Teor da 5 ^a CCR		
1	Votos	9766
2	Ação Civil Pública	996
3	Portaria	704
4	Parecer	666
5	Decisão de Arquivamento	317
6	Despacho	265
7	Recomendação	243
8	Contra-razões de Recurso	86
9	Ofício	82
10	ICP	77
11	Promoção ou Requerimento	73
12	Recurso	71
13	Representação	62
14	Ação Cautelar Civil	54
15	TAC	50
16	Instauração de Processo Administrativo	48
17	Ação Civil Diversa	39
18	Decisão Diversa	27
19	Ação Rescisória	4
20	Memorial	3
Total		13633

Fonte: Base de Dados da 5^a CCR

A concepção da base, segundo as instruções para o seu preenchimento, foi para sua alimentação ocorrer nas procuradorias, mediante senha específica de acesso, contudo, verifica-se que não tem havido regularidade na sua alimentação.

O acesso à base de dados dá-se pelo seguinte link:

<http://intranet-5ccr.pgr.mpf.gov.br/restrito-5ccr/docs-bases-de-dados/base-de-dados>

8.2. Base de dados de peças técnicas da assessoria técnico-pericial

Implantada em abril de 2006 atualmente a base de dados de peças técnicas da assessoria técnico-pericial já conta com 510 trabalhos técnicos.

O acesso à base de dados dá-se pelo seguinte link:

<http://intranet-5ccr.pgr.mpf.gov.br/restrito-5ccr/docs-bases-de-dados/base-de-dados>

As matérias tratadas nas peças técnicas encontra-se no item 6.1. deste relatório.



9.

DOS TRABALHOS DA ASSESSORIA TÉCNICA

As demandas nas áreas de contabilidade e economia envolveram o exame dos recursos públicos em licitações, contratos e convênios, com cerca de 19% das análises. Na casa dos 25%, ficaram as ações de improbidade administrativa e de resarcimento ao erário.

Destaca-se o apoio técnico dispensado à PR/RJ em negociação de grande vulto (acima de US\$ 1 bilhão) entre o BNDES e a Southern Electric Participações Ltda., pertinente à operação privatização realizada em 1997 no setor elétrico.

Em relação à área de Engenharia, por seu caráter multidisciplinar, desenvolveu trabalhos técnicos envolvendo a malversação de recursos nas obras públicas federais, sendo 25% relacionadas às Rodovias Federais.

Merece destaque também o apoio técnico dispensado à PR/RN com a elaboração de Laudo Pericial em que foi verificado o sobrepreço na estrutura de estaiamento da Ponte Forte-Redinha em Natal, edificada sobre o Rio Potengi, com a extensão de 1500m.

A 5^aCCR recebeu a colaboração da Universidade Federal do ABC, que disponibilizou professor e assistente para realização de trabalho em área especializada.

A tabela abaixo revela trabalhos técnicos nos seguintes assuntos: Incentivos Fiscais, Saúde, SUS, Reforma Agrária, FAT/FUNDEF/FNDE, Licitações e Contratos, Sigilo Bancário, Avaliação de Imóveis, Construção de Barragem, Obras diversas de Engenharia, Obras Rodoviárias, Projetos de Irrigação, Obras Aeroportuárias, Unidades Habitacionais, Obras de Saneamento, Terrenos de Marinha, dentre outros.

ÁREA	TIPO DE DOCUMENTO				TOTAL DE DOCUMENTOS	%
	Parecer Técnico	Laudo Técnico	Informação Técnica	Informação		
CONTABILIDADE	38			30	6	74
ECONOMIA	7			15	10	32
ENGENHARIA	40	18		44	54	156
TOTAL	85	18		89	70	262
						100

OBS.: adicionalmente, foram produzidas 72 Informações e 1 Informação Técnica relativas a matérias administrativas



10. EQUIPE DE SERVIDORES

10.1. Dos servidores da 5ª CCR - carência e rotatividade

A 5ª Câmara teve uma equipe composta por 8 servidores na Assessoria Administrativa. No ano de 2007 saíram dessa Assessoria 6 e entraram 5 servidores, sendo 4 técnicos administrativos e uma analista processual, designada assessora.

A Assessoria Jurídica foi integrada por 5 servidores. No decorrer do ano saíram 2 e entraram 3, sendo uma técnica administrativa e dois analistas processuais, sendo um deles designado assessor.

A Assessoria Pericial teve um servidor removido e recebeu 4 novos analistas periciais, totalizando 13 servidores.

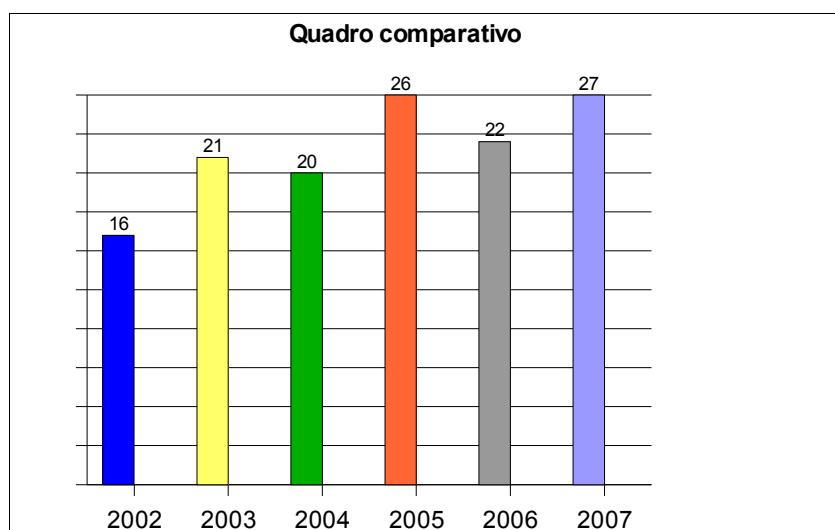
Cumpre registrar a carência de mais servidores na área administrativa para fazer face ao número de procedimentos, conforme abaixo se demonstra.

10.2. Quadro comparativo do número de servidores

A assessoria jurídica foi implantada em 2005, quando os 5 membros (3 titulares e 2 suplentes) passaram a ter um assistente para a análise dos procedimentos administrativos.

ANO	Número de servidores	Terceirizados
2002	16	3
2003	21	3
2004	20	3
2005	26	3
2006	22	3
2007	27	3

Fonte: relatórios de atividades dos anos de 2002, 2003, 2004, 2005 e 2006.





11. COMPOSIÇÃO DA CÂMARA

11.1. Membros do Colegiado

Portaria PGR nº 179, de 04 de maio de 2006 – mandato até 05.05.2008.

Gilda Pereira de Carvalho - Subprocuradora-Geral da República – Membro-titular – Coordenadora
Moacir Guimarães Morais Filho - Subprocurador-Geral da República – Membro-titular
Eduardo Antonio Dantas Nobre - Subprocurador-Geral da República - Membro-titular
Paulo da Rocha Campos - Subprocurador-Geral da República – Membro-suplente
Antonio Carlos Fonseca da Silva - Subprocurador-Geral da República – Membro-suplente

11.2. Equipe de servidores

11.2.1. Assessoria Técnica

Contabilidade e Economia

Carlos Alberto de Oliveira Lima – Assessor - Coordenador Técnico (Economista – requisitado BACEN)
Adailton Antônio da Silva - Analista Pericial em Contabilidade (lotado a partir de 30 de outubro de 2007)
Almir Pereira da Silva - Analista Pericial em Contabilidade
Andréa de Oliveira Bomfim - Analista Pericial em Contabilidade
Fernando Sanchez Souza - Analista Pericial em Economia
Pedro Sala Corral - Analista Pericial em Contabilidade (removido em 02/08/2007)
Romeu Bizó Drumond - Analista Pericial em Contabilidade

Engenharia Civil

Marta Lígia de Freitas Vieira – Vice-Coordenadora Técnica (Analista Pericial/Engenharia Civil)
Elmo Gonçalves Farias - Analista Pericial em Arquitetura – lotação provisória
Felipe Gazzoni Machado - Analista Pericial em Engenharia Civil (lotado a partir de 14/11 /2007)
Fernando Nato de Souza Machado - Analista Pericial em Engenharia Civil
Luis Cláudio Coelho Vianna - Analista Pericial em Engenharia Civil

Agronomia

André Gustavo de Souza Rocha – Analista Pericial em Agronomia (lotado a partir de 07/11/2007)
Tiago Gomes da Silva M. Oliveira - Analista Pericial em Agronomia (lotado a partir de 07/11/2007)

11.2.2.Assessoria Jurídica

Karine Santana Moraes - Assessora (exonerada, a pedido, a partir de 05/06/2007)
Roberto Campos Alcântara – Assessor – Analista processual (lotado a partir de 05/06/2007)
Alberto Elias Hidd Neto – Assistente -Técnico Administrativo – (exonerado, a pedido em 19/11/2007))
Carla Varela Sardá – Assistente - Secretária Administrativa
Clarissa Castro Wermelinger – Assistente - Secretária Administrativa
Marília Maria Morais do Nascimento – Assistente -Técnica Administrativa
Luana Garcez Stein – Assistente -Técnica Administrativa (lotada a partir de 26/10/2007)
Renata Soraya Dantas Ocea – Analista Processual (lotada a partir de 06/12/2007)
Esperidião Gregório Kostouros Filho - Analista Processual

11.2.3.Assessoria Administrativa

Luzia Fonseca Azevedo – Técnica Administrativa - Assessora (até 01/08/2007)
Adriana Campelo Onias de Carvalho – Analista Processual – Assessora (lotada a partir 01/08/2007)

Secretaria

Selma Maria de Oliveira Marques – Supervisora – Secretária Administrativa
Monique de Souza Moura - Secretária Administrativa (exonerada a partir de 05/05/2007)
Patrícia Cristina da Silva – Técnica Administrativa (removida em 06/08/2007)
Raquell Ferreira de Paula - Secretária Administrativa (exonerada, a pedido, em 15/08/2007)
Robson Santos – Técnico Administrativo (removido em 05/11/2007)
Eduardo Rodrigues Santarém – Técnico Administrativo (lotado a partir de 26/10/2007)
Alini de Araújo Pinheiro - Técnica Administrativa (lotada a partir de 26/10/2007)
Francisco Washington Bandeira Santos Filho - Técnico Administrativo (lotado a partir de 19/07/2007)
Larissa Rathge Rangel Pereira - Técnica Administrativa (lotada a partir de 08/05/2007)

Setor de Informação e Documentação

Luiz Augusto Curado Júnior – Técnico Administrativo (lotado até agosto/2007)
Rosilene Silva Alvarenga – Técnica em Informática

11.3 Representação indicada pelas unidades de procuradorias

Procuradorias Regionais da República

1^a Região Luiz Augusto Santos Lima
2^a Região Luís Cláudio Pereira Leivas
3^a Região Isabel Cristina Groba Vieira

4^a Região Samantha Chantal Dobrowolski - até agosto de 2007

4^a Região Márcia Neves Pinto

5^a Região Francisco Chaves dos Anjos Neto

Procuradorias da República nos Estados

Acre	Marcus Vinícius Aguiar Macedo
Alagoas	Paulo Roberto Olegário de Sousa
Amazonas	Raquel Cristina Rezende Silveira
Amapá	Douglas Santos Araújo
Bahia	Danilo Pinheiro Dias
Ceará	Nilce Cunha Rodrigues
Distrito Federal	Valquíria Oliveira Quixadá Nunes
Espírito Santo	Carlos Fernando Mazzoco
Goiás	Rosângela Pofahl Batista
Maranhão	Carolina da Hora Mesquita
Mato Grosso	Gustavo Nogami
Mato Grosso do Sul	Sílvio Pereira Amorim
Minas Gerais	Tarcísio Humberto Parreiras Henriques
Pará	Igor Nery Figueiredo
Paraíba	Victor Carvalho Veggi
Paraná	Elton Venturi
Pernambuco	Mabel Seixas Menge
Piauí	Kelston Pinheiro Lages
Rio de Janeiro	Edson Abdon Peixoto Filho
Rio Grande do Norte	Paulo Sérgio Duarte da Rocha Júnior
Rio Grande do Sul	Suzete Bragagnolo
Rondônia	Reginaldo Pereira da Trindade
Roraima	Ageu Florêncio da Cunha
Santa Catarina	André Stefani Bertuol
São Paulo	Suzana Fairbanks Lima de Oliveira
Sergipe	Eunice Dantas Carvalho
Tocantins	Alexandre Moreira Tavares dos Santos